

# Divisor de águas na relação entre credores e devedores

A reunião de Seul adquire, no presente momento, significado especial, posto que tanto o governo dos Estados Unidos quanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentaram modificações bastante sensíveis na maneira de conceituar o problema da dívida externa.

Não foi apenas o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, que afirmou ser preciso manter a economia dos países endividados em crescimento. Também o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, embora procure disfarçar o fato, refez sua posição, ao afirmar que "claramente, a única estratégia viável para aliviar a carga do serviço da dívida é aquela que permite o crescimento rápido da produção e as exportações dos países endividados. Em resumo, os países devedores devem crescer acima da dívida".

Aplaudimos essa mudança de postura, que coincide com os princípios que temos defendido nestas colunas. Reconhecemos

que não é o fato de novos princípios estarem sendo absorvidos pelos organismos internacionais que tornará fácil, da noite para o dia, a negociação da dívida externa. Mas parece-nos indubitável que a posição inovadora pode e deve ser diferenciada — para que não ocorra precipitação na avaliação da conjuntura atual — da que decorreu após a erupção da crise do endividamento em 1982, quando os países em desenvolvimento ficaram à mercê dos bancos credores e do FMI. Na época, as reservas cambiais do Brasil, como as de outros países devedores, esvaíram-se, criando condições extremamente difíceis para sua sustentação econômica.

A dura realidade dos fatos abriu caminho para a atual reavaliação de princípios, ainda no início, mas agora já conceituada. O México recuperou-se da crise de 1982, mas em 1984 outra vez viu-se em sérias dificuldades, com a queda do preço do petróleo; o programa argentino redundou no es-

vaziamento de sua capacidade de produção industrial e em grande desemprego; no Brasil, as recomendações do FMI não puderam ser cumpridas. E na prática de sua execução que as políticas econômicas encontram os fundamentos que justificam sua permanência ou recomendam a adoção de novos procedimentos.

Acreditamos, de outra parte, que o exercício de pensamento realista da parte de Baker e de Larosière possibilitou ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, expor com maior desembaraço, na reunião de Seul, os objetivos da política econômica do governo brasileiro: manter o crescimento de 6% ao ano, a partir de 1986, para garantir a absorção de mão-de-obra e permitir a recuperação da renda per capita aos níveis anteriores à recessão de 1980. Para Funaro, essas metas estão na dependência do refinanciamento da dívida externa, que — ao lado do combate aos desequilíbrios do setor público — permitirá garantir uma redução significativa das ta-

xas de juros internas, em termos reais.

A reunião de Seul é a primeira em que os países devedores se encontram com os credores em condições de estabelecer um diálogo franco e igual, após a crise de 1982. Isso lhe dá um significado histórico particular, de divisor de águas. Durante esses anos de dificuldades extremas, amadureceu a idéia de que as nações endividadas não podem aceitar a inexorável condenação à estagnação econômica, como condição prévia para discutir seus ajustes econômicos. E este dado novo, que o presidente José Sarney ressaltou na sessão de abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas neste ano, que foi reconhecido, em Seul, pelo secretário do Tesouro norte-americano e pelo diretor-gerente do FMI. Nenhuma negociação conseqüente poderá ser conduzida, de agora em diante, entre devedores e credores sem levar em conta essa circunstância.